

DIAGNÓSTICO SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO NUM CONTEXTO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DO BAIRRO OLAVO COSTA EM JUIZ DE FORA, MG

Mario Lawall¹
Sabrina de Abreu²
Marcos Costa³
Denyse Pereira Neves Delgado⁴

RESUMO

Frente à complexidade da realidade com a qual a sociedade depara-se cotidianamente nas cidades – desigualdade social rebatida na fragmentação socioespacial, a constante sensação de medo e ameaças televisadas –, o trabalho está voltado à questão da insegurança urbana e a sua atual dimensão crescente no imaginário coletivo. Os apontamentos fazem parte do projeto de pesquisa e extensão em desenvolvimento pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, e parte do pressuposto que a violência é entendida não somente como um instituição social, mas também como um instrumento de que está aquém e além da política, como parte de um projeto, cuja a noção da insegurança é igualmente entendida como um fenômeno socialmente construído diante a necessidade de qualificação dos espaços, sejam estes abertos ou fechados, públicos ou privados. O estudo investiga quais os desdobramentos sobre o território da insegurança, tratando especificamente da apropriação dos Espaços Públicos no Bairro Olavo Costa, em Juiz de Fora, e relacionando o seu caráter fragmentado incorporado ao ordenamento territorial, e às políticas públicas de mediação de conflitos coletivos em desenvolvimento na comunidade. A partir de informações coletadas *in-loco*, o trabalho torna-se importante ao contribuir para transformação social com a reflexão sobre a emergência das políticas sociais diante às fragmentações socioespaciais atuais e esclarecimentos acerca do direito à cidade.

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF. E-mail: mariolawall@yahoo.com.br.

² Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF. E-mail: sabrinaoliveira1305@gmail.com.

³ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF. E-mail: marcosamaral.arq@gmail.com.

⁴ Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Orientador(a).

Palavras-chave: violência urbana; espaço público; fragmentação social; políticas públicas; cidadania.

1 INTRODUÇÃO

No debate contemporâneo é comum encontrar várias articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à urbanização como a democratização dos territórios, a segregação socioespacial (SPOSITO, 2013) e a violência no uso dos espaços públicos. A abordagem no plano teórico e empírico trata-se, de forma inicial, as articulações da apropriação dos espaços públicos diante segregação socioespacial e o estabelecimento da insegurança urbana advinda de locais configurados pela presença constante da violência.

Segundo Weyrauch (2002), a violência urbana se manifesta de diversas formas, individual e/ou coletivamente, segundo a natureza do espaço público e/ou privado, da qualidade de seu processo de produção, urbanização e, sobretudo, do nível de privação de sua população no campo da sobrevivência e dos direitos sociais. As formas históricas de violência também variam segundo o design urbanístico do espaço, da qualidade do seu sistema sociopolítico cultural, do número de habitantes em um dado território e da consciência comunitária dos mesmos. A cidade como lugar das desigualdades se intensifica em certos contextos históricos, a exemplo o da consolidação do capitalismo e suas conseqüentes transformações.

Morais (1985) afirma que a urbanização, acelerada pelo processo capitalista, criou um ambiente propício à violência, e acrescenta que a violência urbana produz disfunções no organismo que tendem a gerar situações de constrangimento às pessoas, posto que provocam a hipotensão e o medo, criando uma cadeia de outros sintomas que se instalam simultaneamente a esses. Basta observar o comportamento do indivíduo no meio em que vive como o simples fato de se deslocar para um local mais iluminado ou preferir morar em condomínios fechados, por exemplo.

Hoje, no Brasil, boa parte da população atribui a violência às pessoas que se encontram em pobreza e extrema pobreza, àqueles que sofrem principalmente com a exclusão social e com o preconceito latente por parte da população. Felix (2002) observa que análises associando a urbanização à exclusão e à criminalidade violenta enfatizam a impessoalidade das relações urbanas e o enfraquecimento dos mecanismos de controle social informal, devido ao anonimato, ao individualismo e à fraqueza dos laços familiares. Sendo assim, não é a pobreza advinda de todo tipo de exclusão presente no espaço urbano que causa a violência, mas ela não deixa de ser um fator predisponente de atos violentos, na medida em que rompe com alguns laços sociais necessários à vida em sociedade. No entanto, outras atenuantes devem ser levadas em consideração por fomentar a criminalidade no meio urbano, tais como: o processo de segregação espacial presente na vida urbana, o qual ocasiona uma expansão urbana desigual com a criação de bairros sem condições de proporcionar vida digna aos seus moradores; a desintegração dos laços sociais provocada pelo egocentrismo inerente de uma sociedade competitiva, pela instabilidade proporcionada pela vida moderna, pela agressividade e pela indiferença afetiva própria da ausência de raízes sociais (CASTRO, 1983).

O aumento considerável da violência nos espaços urbanos trouxe consigo uma redefinição do modo de vida da sociedade atual, pois – mais do que em outros momentos da história da sociedade – a população urbana tem se enclausurado no interior de suas habitações, em busca de mais segurança. As grandes cidades, tal como afirma Carlos (2004), representa o 'vazio no cheio', constituindo o que a autora chama de espaço amnésico, "(...) caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida; como decorrência, as relações de identidade ganham novo sentido".

Carlos (2004) versa que os problemas postos pela urbanização, hoje, devem ser entendidos no âmbito do processo de reprodução geral da

sociedade. Neste caso, afirma-se que a violência é um fenômeno que se reproduz nas sociedades de acordo com as práticas sociais que cada uma delas desempenha. Daí falar-se em “territórios do tráfico de drogas” (SOUZA, M., 2003), “paisagens da violência” (ZANOTELLI, 2003), “arquitetura do medo” (FEIGUIN, 1995), dentre outros.

Nesse sentido, entende-se que a violência é polissêmica e, neste trabalho tematiza-se a partir das percepções construídas em relação a um objeto social e que estabelece relação com a cidade. Entende-se que o conceito de insegurança urbana explicita melhor as relações entre as dimensões objetivas e subjetivas que a constituem as escolhas, socialmente construídas, pelo apoderamento do espaço público, além de atender para não reduzir e induzir a reflexão para o generalismo da delinquência, e apostar que a solução pela repressão e não em políticas públicas sociais e urbanas (SPOSITO, 2013).

A cidade é uma realidade plural e multifacetada e as relações no espaço público são múltiplas. Nesse processo dinâmico, pessoas de todas as idades, gêneros, raças e classes socioeconômicas convivem e modificam suas trajetórias (DIAS e ESTEVES J., 2017). Em contrapartida, tal espacialidade é constantemente ressignificada e transformada: como duas faces de uma mesma moeda, o valor do espaço depende das ações que acolhe, e o valor das ações humanas depende do espaço onde se desenvolvem (SANTOS, 2006). Nesse contexto, ocorre a construção social do espaço e a construção espacial das práticas sociais.

Os processos que se desenvolvem nos espaços sociais, sobretudo naqueles que são de uso público, estão condicionados à diversidade de usuários e variedade de apropriação exercida pelos mesmos. Nesse sentido, compreender o encadeamento da insegurança urbana perpassa na pela apreensão da construção social como processo que está sujeito às dinâmicas socioespaciais e econômicas urbanas, e quem nele se insere.

Para tanto, ao se considerar como objeto desta pesquisa, o Bairro Olavo Costa localizado no município de Juiz de Fora/MG, as reflexões devem-se partir do entendimento de uma dinâmica regional e do papel deste território, onde a centralidade exercida por ele, através da sua especialização, pode reforçar a atual conjuntura onde o capital exerce transformações territoriais ainda desconhecidas.

Nessa perspectiva emerge o aspecto da segurança, direito constitucional e que deve ser assegurado pelo Estado. Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Segurança Pública desenvolve diversas políticas públicas de prevenção à criminalidade que, como estratégia, são rebatidas regionalmente pelo território – 33 centros -, implantados em alguns municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, incluindo a capital, e municípios sedes de outras três mesorregiões do Estado – Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Zona da Mata. Contudo, as intervenções são locais e visam, sobretudo, mitigar os efeitos do tráfico de drogas e da violência em comunidades pontuais dentro dos territórios municipais, reforçando o quanto as táticas estatais de escala regional são de efetivação local, facultando, exclusivamente, existência da insegurança urbana à presença de maior concentração de crimes de homicídios e outras violências, como se o espaço público não fosse alicerçado sob mediações sociais, políticas e econômicas.

Segundo Sposito (2014), nada pode ser explicado apenas numa escala. Para autora, toda compreensão requer a articulação entre as escalas, ou seja, a avaliação dos modos, intensidades e arranjos, segundo os quais os movimentos se realizam e as dinâmicas e os processos se desenvolvem, combinando interesses e administrando conflitos que não se restringem a uma parcela do espaço, mesmo quando os sujeitos sociais, que têm menor poder aquisitivo, parecem atados a territórios relativamente restritos. Portanto, faz-se necessário a percepção das permanências, inércias e rupturas derivadas dos processos de transformação, os impactos de tais processos nos tecidos

socioespaciais e o papel do planejamento urbano como instrumento para a recuperação da cidade para as pessoas.

2 NARRATIVAS SOBRE O BAIRRO OLAVO COSTA

Resguardadas algumas distinções com as grandes metrópoles, as cidades médias passam por um processo de urbanização marcado por desigualdades, as quais se comprovam por meio dos indicadores de renda, da baixa qualidade da educação básica e de uma menor longevidade, entre outros fatores. Segundo Alves (2016), desmistifica-se, assim, a ideia de funcionamento dessas cidades enquanto espaços de excelência em qualidade de vida, opinião tão propagada pelo sistema público em décadas anteriores. Muitas dessas cidades, sobretudo aquelas localizadas em território nacional, vivenciam condições de pobreza, de exclusão e desigualdade social, caracterizadas pela marginalidade, pela segregação socioespacial, pela degradação ambiental e pela violência. O desempenho das cidades médias, ante as desigualdades sociais, consequência de um quadro de pobreza enfrentado pela maioria das cidades brasileiras, interfere sobremaneira na qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas que se deslocam para esses centros em busca de condições de vida mais humanas. Tal condição exige políticas públicas mais bem definidas, com vistas a evitar a manutenção dessa realidade (ALVES, 2016).

Comunidades que sofrem com uma administração carente apresentam espaços de qualidade baixa, mal iluminadas e degradadas afastam as pessoas das áreas públicas, causando diversos outros problemas, que crescem de maneira exponencial. Cidades que apresentam políticas públicas que favorecem o uso físico do espaço apresentam maiores oportunidades para a população exercer sua cidadania, além de reduzir índices de violência e criminalidade.

O Bairro Vila Olavo Costa ou popularmente “Olavo”, local de análise deste trabalho, está situado na zona Sudeste do município de Juiz de Fora (fig.1), e seu nome faz referência ao antigo Prefeito Sérgio Olavo Costa, que administrou Juiz de Fora no período de 1951-1954 e numa segunda gestão no período de 1959-1962.

Inicialmente, o local começou a ser ocupado no final da década de 1950, com a permissão do então Prefeito Olavo Costa. Através da identificação de famílias desabrigadas, a administração concedia permissões para ocupar a área, conhecida previamente como Vila do Olavo – popularmente conhecida como “buraco do Olavo”.

“Era procurado na Prefeitura, por famílias necessitadas que não tinham onde ficar, ele lhes dava autorização para construir seu barraco [...] E de permissão em permissão, surgiu a Vila do Olavo, depois oficializada como Vila Olavo Costa [...] Casebres amontoados morro acima, de madeira, lata e até papelão. Crianças convivendo diariamente com as mais diversas espécies de verminoses e em contato direto com a falta de higiene, peculiar aos lugares onde a água é objeto de luxo [...] a Vila fica distante do bairro Bom Pastor, um dos mais requintados de Juiz de Fora, apenas cem metros. De um lado a riqueza, a tranquilidade, a quase certeza de um bom dia de amanhã. Do outro todos os contrastes, com a certeza de um dia sem amanhã” (Diário Mercantil, Juiz de Fora, 18 e 19 fev.1973. p.12, APUD ABREU, 2010).

O crescimento das comunidades carentes em Juiz de Fora passou a ter maior expressividade na década de 1960, acompanhando o desenvolvimento da cidade e a necessidade de abrigo para a população carente. Elas começavam não só a marcar expressivamente o espaço urbano, bem como a se expandir nas décadas seguintes.

Um cadastramento de favelas realizado pela Prefeitura, publicado no jornal Diário da Tarde do ano de 1972, declarava que as favelas atingiam, neste mesmo ano, cinco por cento da população. Consequentemente, a

ausência de infraestrutura, associada à alimentação precária, propiciou um alto índice de mortalidade. De acordo com a autora, a Vila Olavo Costa foi considerada, pela Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, como a “área mais carente de Juiz de Fora”, embora existissem outras, a Vila Olavo Costa chamava a atenção por ser a mais populosa.

Tais comunidades carentes, ocupadas predominantemente pelos pobres na cidade de Juiz de Fora, foram definidas pelo poder público municipal através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDUJF-, como “Áreas de Especial Interesse Social - AEIS” (PJF, 2000). E posteriormente denominados de “microáreas de exclusão social” no Atlas Social do município (PJF, 2006). Neste Plano as AEIS foram identificadas como de ocupação subnormal e que se caracterizavam pela “existência de assentamentos desprovidos dos padrões mínimos de infraestrutura (água, luz e esgoto), acessibilidade e habitabilidade” o que as colocavam em “numa situação de segregação social”. No diagnóstico realizado ao longo do processo de desenvolvimento do mesmo plano, na Vila Olavo Costa, localizada na Região de Planejamento (RP) Lourdes, foram identificadas 401 famílias assentadas em áreas subnormais que deveriam ser objeto de melhoria de qualidade urbanística, como a dotação de equipamentos públicos de uso coletivo e a melhoria dos acessos.

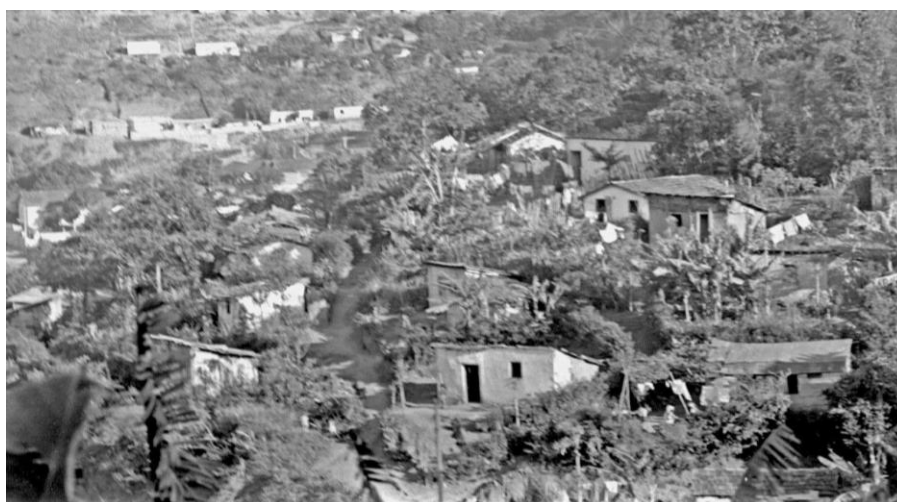


Fig.2 – Aspectos das moradias na Vila Olavo Costa em 1974.

Fonte: mariadoresguardo.com.br/2014/01/vilavo-costa-em-janeiro-de-1974.html, acesso em 30 de julho de 2018.

Contudo, passados mais de 15 anos desde o levantamento realizado para o PDDUJF, as diretrizes de desenvolvimento social e urbanístico permaneceram na retórica cidadina, uma vez que o recente Plano Diretor Participativo - PDP/JF - sancionado no corrente ano, identifica a Vila Olavo Costa como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, apontando a mesma situação, mas com um contorno ampliado, da precariedade outrora identificada:

“Porções do território caracterizadas pela presença de assentamentos de urbanização precária, ocupadas por população predominantemente de baixa renda, socialmente vulnerável, com baixos índices de desenvolvimento humano, com presença ou não de riscos geológicos e de inundação, necessitando de disciplina particularizada de uso e ocupação do solo, objetivando sua requalificação urbanística e/ou sua regularização fundiária de interesse social” (PJF, 2018).

Além dos problemas internos, os moradores da vila enfrentam dificuldades para se relacionar com a cidade e para exercer sua cidadania de direito. Questões que envolvem o preconceito ao constatar o domicílio numa entrevista de emprego, limitando consideravelmente qualquer possibilidade de ascensão econômica, além da falta de alimento, de acesso a serviços de saúde, de moradia adequada, de recursos que possibilitem desempenhar bem papéis na comunidade, acesso a todo o ciclo de vivências ofertado pelo centro urbano (lazer, cultura, esportes, política). Conseqüentemente, a vila se tornou uma espécie de prisão sem muros e grades, visto que os moradores não conseguem sair dali e têm seu direito à cidade, ou à vida urbana totalmente limitados (LEFEVBRE, 2001).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS PERSONAGENS

Considerando que os sujeitos sociais que vivem nessas áreas são, na maioria das vezes, estigmatizados e associados à marginalidade, no município de Juiz de Fora foi criado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um equipamento urbano municipal, cujo o principal objetivo é o de

prestar atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários que moram nos bairros do seu território e abrangência (PJF, 2018). São 9 centros, dentre eles o CRAS Sudeste Olavo Costa, cuja estratégia de implantação física está relacionada a proximidade específica com bairros altos índices de criminalidade. Especificamente nos CRAS Olavo Costa, Benfica e Centro tanto a gestão municipal, através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), quanto o Estado, através da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, conjuntamente com Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, têm postos de trabalhos no local para receber e atuar na comunidade através do acesso aos programas socioeducativos que visam diminuir os índices de violência.

O CRAS Sudeste Olavo Costa, que atende aos Bairros Furtado de Menezes, Vila Ideal, Guaruá, Solidariedade, Vila Ozanan e Olavo Costa, apresenta um total de 1219 famílias assistidas, sendo que 421 grupos fazem parte do Bairro em estudo – Olavo Costa. Este tem como característica principal a carência de infraestrutura urbana e possui forte presença do tráfico de drogas (PJF, 2012).

Atualmente há um conjunto importante de indicadores e índices que possibilita aos gestores públicos buscar formas de intervenções mais assertivas (PJF, 2012), tais como: composição familiar, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. Contudo, tais indicadores são disponibilizados por área de abrangência do CRAS, não representam, necessariamente, a realidade do Bairro em estudo, uma vez que a sua população representa apenas 34% do território analisado, não sendo viável assumir uma proporcionalidade direta e ignorar que estes dados podem variar positiva e negativamente de acordo com a heterogeneidade deste território. Entretanto, embora incertos, faz-se importante apontar alguns dados, ao

menos, para se compreender o contexto que se insere o equipamento urbano municipal (tabela 1).

Vale destacar que o levantamento realizado pela Prefeitura teve o seu melhor resultado quanto ao indicador de condições de habitação, apontando que apenas 1% das casas não são de material de construção permanente, 2,8% das famílias não têm acesso adequado à água, 1,1% não têm acesso adequado a esgotamento, 0,7% não tem seu lixo coletado e 2,1% não têm acesso à eletricidade (PJF, 2012).

| Indicadores | Destques (% famílias) |
|------------------------------------|--|
| <i>Vulnerabilidade</i> | 71,3% não tem a presença de cônjuges |
| <i>Acesso ao Conhecimento</i> | 51,8% não têm nenhum adulto com ensino primário |
| | 76,9% não há nenhum adulto que completou o ensino secundário |
| <i>Acesso ao Trabalho</i> | 66,2% não têm membros ocupados no setor formal |
| <i>Renda do trabalho</i> | 99,2% com rendimento inferior a 2 salários mínimos |
| <i>Disponibilidade de Recursos</i> | 34,5% têm despesa per capita inferior à linha de extrema pobreza, |
| <i>Desenvolvimento Infantil</i> | 31% têm crianças de 0 a 6 anos fora da escola |
| <i>Condições Habitacionais</i> | 61% não têm domicílio próprio. |
| | 58% moram em domicílios cedido ou invadido |

Tabela 1 – Informações relativas aos indicadores do levantamento social da região do CRAS Sudeste Olavo Costa. Fonte: PJF, 2012.

Com o suporte do equipamento urbano municipal localizado na entrada do Bairro Olavo Costa, o CRAS apresenta, em sua cartilha de trabalho, diversos projetos de política pública municipal e Estadual. O principal é o “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família” – PAIF-, que visa auxiliar e orientar às famílias para prevenir situações de vulnerabilidade ou violência. Através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, eles buscam reunir pessoas que estão na mesma faixa etária (crianças, adolescentes ou idosos) para desenvolver determinadas ações em grupos. O projeto “Fica Vivo” atua diretamente com o público mais jovem, promovendo

oficinas de esporte, cultura e arte, desenvolvidos em parceria com a própria comunidade. Os temas das oficinas variam com a demanda dos próprios moradores, e os oficinairos também são moradores locais, isso garante uma frequência sólida de participantes para o programa. O projeto de “Mediação dos conflitos” atua diretamente com os moradores no intuito de auxiliar as resoluções de conflitos sociais, no âmbito litigioso, brigas entre vizinhos ou em família. Esse projeto também trabalha para direcionar os moradores para soluções de problemas da esfera urbana, dando diretrizes para o acesso aos direitos básicos de cada cidadão (PJJ, 2018).

O CRAS também acompanha, através de orientações e encontros com a uma equipe de diferentes profissionais, aqueles que saíram recentemente do sistema prisional, afim de assegurar sua reinserção na sociedade e mercado de trabalho. Esse programa acontece com apoio e suporte do próprio sistema prisional, responsáveis por encaminhar diretamente ao programa. Além desses, são desenvolvidos trabalhos de assistência psicossocial, cadastramento familiar de extrema pobreza para aquisição de bolsa-auxílio.

4 OS PERSONAGENS E SEUS PONTO DE VISTA: RESULTADOS DE LEITURAS EXTENSIONISTAS

Afim de aproximar da realidade descrita anteriormente e oportunizar o conhecimento, a partir da troca de experiências entre diferentes atores, este trabalho desenvolveu, junto à comunidade, duas oficinas extensionistas através de uma parceria entre o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e a Escola Estadual Maria Ilydia de Resende Andrade, localizada no Bairro Furtado de Menezes, local integrante da área de atuação do CRAS Olavo Costa.

As oficinas desenvolvidas foram organizadas pela equipe de extensionistas, compostas pelos autores do presente artigo, e contemplaram

ações previstas no projeto de extensão “Jornadas de Oficinas pela Cidadania e Cidades: participação e apropriação dos espaços públicos”, concebido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do CES/JF e efetivado no segundo semestre de 2018⁵. A proposta das oficinas tinha como objetivo contribuir para transformação social ao capacitar a comunidade local acerca de conceitos teóricos a respeito dos espaços públicos, cidadania e direito à cidade, bem como oportunizar a reflexão fragmentações socioespaciais atuais, bem como as estratégias de controle das relações políticas e sociais existentes no território de estudo.

O propósito da jornada de oficinas estruturar uma abordagem clara e simplificada dos conceitos que abrangem, primeiramente, o diagnóstico sobre a realidade urbana do bairro Olavo Costa e entorno, e num segundo momento captar o olhar dos moradores, perante a temática, sobre o espaço que vivem e compartilham com a comunidade diariamente, e incluí-la nas análises sobre insegurança e espaços públicos. Para tanto, foi necessário a identificação do público com quem desenvolveríamos as oficinas e a montagem de uma apresentação que envolvia uma metodologia de exposição e apreensão dos conceitos supracitados.

O público alvo foi composto de jovens e adultos, com idades aproximadas de 16 a 25 anos, caracterizados como classe de baixa renda. Todos estudam no programa EJA – Educação de jovens e adultos- no período noturno, sendo este um modo de educação orientada para quem completou a educação formal no período tradicional do ensino brasileiro. De acordo com os responsáveis da escola, muitos dos alunos frequentam às aulas interessados na refeição disponibilizada pela instituição.

A apresentação foi estruturada em slides com a exibição individual dos conceitos-chaves – cidade, ruas e calçadas, e espaço-público-, para balizar a apresentação oral e introduzir, ora alimentar, o raciocínio do usuário. Além da

⁵ As oficinas ocorreram nos dias 04 e 25 de outubro de 2018.

exposição oral dos conceitos, eles também foram elucidados através de vídeos de referência⁶.

Após receber os alunos em sala de aula e fazer uma apresentação prévia dos membros do grupo e o objetivo da oficina, foi realizada uma dinâmica para criar uma aproximação e quebrar as formalidades. Na sequência, era iniciada a apresentação e, após esclarecimento dos conceitos, os estudantes foram divididos em grupo e convidados à apresentar o bairro, através de mapas mentais, os quais eles reproduziram um espaço público do bairro, com características que o faz destacar negativamente, devido os seus aspectos de degradação. Como contraponto para reflexão, também foi proposto a apresentação de sugestões de melhorias para o mesmo local que tornariam o espaço público com aspectos positivos.

Ao concluírem o trabalho, os grupos fizeram uma apresentação oral expondo, para todos os participantes da oficina, o local escolhido, bem como os aspectos negativos e positivos elencados pela equipe. Foi observado a recorrência nos trabalhos dos locais dotados de equipamentos para esporte – campo de futebol e quadra -, configurando uma semelhança na noção de espaço público e sua relação com o lazer da comunidade. Os participantes também expressaram suas críticas quanto a forma de apropriação dos espaços públicos como ruas e calçadas por parte dos moradores – uso das calçadas como estacionamento, ausência e/ou destruição das vias para pedestre-, declarando um descaso das políticas públicas com seus bairros, além de expressarem um sentimento de abandono. Na praça do Olavo Costa, o lixo e a vegetação densa, sem a poda necessária, impede o uso e garante que o espaço fique vazio boa parte do tempo, além dos aspectos como falta de iluminação, equipamentos infantis e de esporte/lazer. Todos esses fatores, segundo os participantes, garantem de que os espaços públicos fiquem

⁶ Disponível em Arq. Futuro Brasil:
<https://www.youtube.com/channel/UC843qsNrSSUuuabYTrXsPeA>, acesso em 04 de setembro de 2018.

desertos e favorecem para sensação de insegurança, além de oportunizar a presença do tráfico de drogas.

Foram citados diversos exemplos de problemas que eles identificavam no espaço público da vizinhança e locais que eram fruto de medidas públicas, mas que não abraçam as reais necessidades da comunidade, sendo observadas apenas como interesse político. Pode-se observar que a comunidade sente que não pertence à cidade, apontando que suas características sociodemográficas, urbanísticas e ambientais, e sua posição no espaço social da cidade são tão distintas, que justifica o pensar que onde eles moram é um lugar fora da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou reconhecer as problemáticas presentes no Bairro Olavo Costa - suas origens, evolução e desmembramento – a fim de trazer, inicialmente, a tona a discussão sobre a abrangência do tema insegurança urbana – não somente na dimensão social – e apresentar, no âmbito da dimensão urbana e pública, a importância do ordenamento espacial, atual e anterior, para o reforço e continuidade do cenário das contradições.

As narrativas de tentativas de ocultar ou remanejar a ocupação indesejada da Vila, em detrimento da busca de melhorar as condições de vida dos sujeitos sociais, somados a personificação da violência pontual evidenciam a fragmentação do tecido urbano.

Os programas voltados para os limiões da sociedade, parcela da população inserida no léxico das políticas públicas brasileiras de seguridade social, são importantes instrumentos de reconhecimento das fragilidades presentes numa sociedade sem equidade. Contudo ações socioeducativas não transformam o espaço físico imediato que cerca a comunidade inserida sobre a atmosfera do medo e da insegurança.

A urbanização vem num comportamento através da incerteza quanto ao futuro no que diz respeito à segurança e a crescente violência urbana e a importância dos espaços públicos na cidade contemporânea. A incorporação de propostas voltadas dotar os espaços públicos, de bem comum à comunidade, de qualidade urbana e arquitetônica, articulados aos espaços da cidade, com continuidade e elementos que conferem legibilidade de apropriação pública benéfica devem fazer parte da cartilha de ações do poder público.

É urgente a requalificação urbana juntamente à mitigação da vulnerabilidade, uma vez que a qualidade da relação entre usuário e seu ambiente é medida pelo sentimento de insegurança e o contexto cultural e social contribuem para a percepção dos atores e as práticas que adotam para responder aos perigos constatados. Ignorar a dimensão pública desse processo comportamental coletivo é tornar a segregação espacial irreversível na prática e naturalizar, aos cidadãos que vivenciam frágil ou nulo acesso a direitos, o cenário da insegurança.

ABSTRACT

Faced with the complexity of the reality with which society is faced daily in cities - social inequality bent on socio-spatial fragmentation, the constant sensation of fear and televised threats -, the work is focused on the issue of urban insecurity and its increasing collective imaginary. The notes are part of the research and extension project under development by the Architecture and Urbanism course of the Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, and part of the assumption that violence is understood not only as a social institution, but also as an instrument of which falls short of and beyond politics as part of a project whose concept of insecurity is also understood as a socially constructed phenomenon in view of the need to qualify spaces, whether open or closed, public or private. The study investigates the unfolding of the territory of insecurity, specifically addressing the appropriation of Public Spaces of Olavo Costa, in Juiz de Fora, and relating its fragmented nature to territorial planning, and to public policies for mediation of collective conflicts in development in the community. Based on information collected locally, work becomes important when it contributes to social transformation through reflection on the emergence of social policies in

the face of current socio-spatial fragmentation and clarification of the right to the city.

Keywords: urban violence; public place; social fragmentation; public policy; citizenship.

REFERÊNCIAS

ABREU, Chistiane Silva de. **Favelas em Juiz De Fora: A ocultação do fenômeno**. Libertas, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 143-167, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Labor Edições, 2004.

CASTRO, Lola Aniyar. **Criminologia da Reação Social**. Rio de Janeiro. Publicações Forenses, 1983.

DIÁRIO DA TARDE. **Memórias da Imprensa JF**. Web site. Disponível em: <https://memoriasdaimpressajf.wordpress.com/impressos-de-juiz-de-fora-9/impressos-de-juiz-de-fora/jornais/diario-da-tarde/>, 1969.

DIAS, Marina Simone, ESTEVES JUNIOR, Milton. **O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba**. In; Cadernos metrópole: financeirização, mercantilização e urbanismo neoliberal. Volume 19, nº 39, 2017.

FEIGUIN, Dora, LIMA, Renato Sergio. **Tempo e Violência: medo e insegurança em São Paulo**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1995.

FELIX, Sueli Androccioli. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP publicações, 2002.

LÉFÈBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MORAIS, Regis de. **O que é violência urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PREFERITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz De Fora: Diagnóstico**. Juiz de Fora: Concorde, 2000.

_____. **Atlas Social de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2006.

_____. **Mapa Social Análise da Situação do Desenvolvimento Familiar em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa. Secretaria de Assistência

Social Subsecretaria de Vigilância e Monitoramento da Assistência Social, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo, Edusp, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. **Prevenção Social à Criminalidade: A experiência de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F., SOUZA, M. L. de, SPOSITO, M. E. B (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014.

PEDRAZZINI, Yves. **Espaces et Sociétés.** Paris, 2006.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. **Rio de Janeiro, um século de cidade: da sociedade do trabalho à sociedade da informação.** Revista de Ciências Sociais, 2002.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Ensaio sobre a Violência.** Vitória: EDUFES, 2003.